

Balancos patrimoniais 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)				Demonstrações do resultado semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação - R\$)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	30/06/16	30/06/15		30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15	Capital social		Reservas de lucros	
	21.732	35.060		8.995	16.719			subscrito	Lucro (Prej.) acum.	Total	Total
Ativo			Passivo e patrimônio líquido								
Circulante			Circulante								
Disponibilidades (nota 4)	460	477	Depósitos	9.242	16.009	Receitas da intermediação financeira	2.951	4.842	47.000	(10.711)	36.289
Títulos e valores mobiliários e instrum. financeiros e derivativos (nota 5)	4.895	833	Depósito a prazo (nota 7)	9.242	16.009	Operações de crédito (nota 6.f)	2.851	4.772	Prejuízo líquido semestre	(1.340)	(1.840)
Carteira própria	4.895	833	Outras obrigações	653	710	Resultado operações c/títulos e valores mobiliários	100	70	Saldos em 30/06/15	(12.551)	34.449
Operações de crédito (nota 6)	1.643	32.265	Cob. e arrecad. de tributos e assemelh.	11	27	Despesas da intermediação financeira	(2.809)	(3.555)	Saldos em 31/12/2015	47.000	28.816
Setor privado	19.888	37.498	Fiscais e previdenciárias	161	183	Operações de captação no mercado	(1.643)	(2.242)	Prejuízo do semestre	(2.968)	(2.968)
Prov. p/crédito de liquidação duvidosa	(4.245)	(5.230)	Diversas (nota 8)	481	500	Provisão para cred. de liquidação duvidosa (nota 6.e)	(1.166)	(1.131)	Saldos em 31/12/2016	47.000	25.848
Outros créditos	60	1.482	Não Circulante	16.523	17.040	Resultado bruto da intermediação financeira	142	1.287			
Diversos	670	1.482	Exigível a longo prazo	16.523	16.912	Outras receitas (despesas) operacionais	(2.879)	(2.329)			
Outros valores	670	-	Depósitos	16.510	16.911	Receitas de prestação de serviços	165	109			
Outros valores	670	-	Depósito a prazo (nota 7)	16.510	16.911	Despesas de pessoal (nota 12)	(1.313)	(1.233)			
Despesas antecipadas	4	-	Outras obrigações	13	1	Outras despesas administrativas (nota 13)	(1.008)	(866)			
Não circulante	30.334	33.148	Provisão passivos contingentes	13	1	Despesas tributárias	(102)	(148)			
Realizável a longo prazo	30.491	33.094	Resultado de exercícios futuros	-	128	Outras despesas e receitas operacionais	(621)	(191)			
Operações de crédito (nota 6)	3.626	5.873	Comis. de intervenção a apropriar	-	128	Resultado operacional	(2.737)	(1.042)			
Setor privado	5.299	8.642	Patrimônio líquido (nota 11)	25.848	34.449	Result. antes da tribut. sobre o lucro	(2.737)	(1.042)			
Prov. p/crédito de liquidação duvidosa	(1.672)	(2.769)	Capital social	47.000	47.000	Imposto de renda e contribuição social (nota 10)	(231)	(798)			
Outros Créditos	16.070	16.325	Prejuízos acumulados	(21.152)	(12.551)	Ativo fiscal diferido	(231)	(798)			
Créditos Tributários (nota 10)	8.851	9.346	Total do passivo e do patrimônio líquido	52.266	68.208	Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(2.968)	(1.840)			
Diversos	7.219	6.979				Quantidade de ações no final do semestre (nota 11)	5.919.842	5.919.842			
Outros valores e bens	10.995	10.896				Lucro (prejuízo) por ação	(0,50)	(0,31)			
Bens de Não Uso Próprio	10.795	10.896									
Permanente	43	54									
Imobilizado de uso	43	54									
Outras imobilizações de uso	195	191									
Depreciação acumulada	(152)	(137)									
Total do ativo	52.266	68.208									

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.Contexto Operacional: O Banco Vipal S.A. ("Banco" ou "Instituição") controlado pela Vipar Participações Ltda, banco múltiplo com carteira de Investimento e Crédito, Financiamento e Investimento tem por objeto a realização de operações de crédito e financiamento mediante a aplicação de recursos próprios, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, com o principal foco no conglomerado econômico formado pelas empresas e clientes do Grupo Vipal. No dia 06 de maio de 2011 ocorreu Assembleia Geral Extraordinária aprovando a transformação de Instituição de Crédito, Financiamento e Investimento para Banco Múltiplo sem Carteira Comercial, com início das atividades como banco a partir de 01 de julho de 2011. O Banco atua como uma opção diferenciada de instituição financeira, tendo como objetivo ser o banco que melhor compreende as necessidades dos clientes do Grupo Vipal. A Instituição fomenta o mercado com atuação nas carteiras de crédito, financiamento e investimentos, proporcionando o aumento da sinergia entre todos os ambientes de negócios da Vipal no Brasil, impulsionando o desenvolvimento da companhia e de seus parceiros. Em 27 de abril de 2015, foi celebrado Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças entre Vipar Participações Ltda. e, de outro lado, Marcus Schallbach e Fabio Agostinho Cabral Fonseca, tendo por objeto a aquisição de 100% das ações de emissão do Banco. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, entre as quais a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a autorização do BACEN para a transferência do controle acionário. Em 15 de maio de 2015, foi protocolado perante o BACEN o requerimento de alteração de controle, em 24 de junho de 2015 foi entregue o Plano de Negócios, a ser implementado após o fechamento da operação, estando o processo atualmente em trâmite. Em 28 de maio de 2015, foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação da operação, sem restrições, pela Superintendência-geral do CADE. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as leis no 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 01,03,05,10, 23, 24 e 25 aprovados pelo BACEN. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de julho de 2016. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** a) *Auração do resultado:* As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos. b) *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. c) *Títulos e valores mobiliários:* De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado. d) *Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:* As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, do nível "AA" (mínimo) até "H" (máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682 do CMN e legislação complementar. O montante constituído é considerado pela Administração suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação. e) *Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulante):* Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. f) *Outros valores e bens:* Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário. g) *Imobilizado de uso:* Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais definidas pela legislação fiscal, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. h) *Redução ao valor recuperável de ativo:* O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo

ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. i) *Depósitos a prazo:* Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, deduzidos dos valores de juros a incorrer. j) *Passivos circulante e exigíveis a longo prazo (não circulante):* Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia") e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. k) *Passivos Contingentes:* As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do BACEN: Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e com perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. l) *Créditos tributários, impostos e contribuições:* As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses tributos ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. m) *Demonstração dos fluxos de caixa:* A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC. o) *Lucro (prejuízo) por ação:* É obtido através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período pelo número de ações na data base das demonstrações financeiras. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidades	460	477
Total	460	477

5. Títulos e valores mobiliários:

	30/06/2016	30/06/2015
Carteira própria:		
Títulos p/negociação	4.895	833
Cotas de fundo de investimentos - CP	4.895	833
Total	4.895	833

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, conforme disposto na Circular 3.068 do BACEN, foi determinado de acordo com o valor da cota divulgado pelo administrador do fundo, na data base das demonstrações financeiras. **6. Operações de crédito:** As informações da carteira são assim sumarizadas: a) Diversificação da carteira por vencimento:

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidos:		
R\$ % sobre total da carteira	R\$ % sobre total da carteira	R\$ % sobre total da carteira
Até 90 dias	2.530 10,05%	4.172 9,04%
Acima de 90 dias	1.689 6,71%	1.643 3,56%
A vencer:		
Até 90 dias	9.543 37,89%	22.977 49,80%
De 91 até 360 dias	6.126 24,32%	8.706 18,87%
Acima de 360 dias	5.299 21,04%	8.642 18,73%
Total	20.967 83,25%	40.325 87,40%
Total	25.186 100%	46.140 100,00%

b) A composição da carteira de operações de crédito, por tipo de cliente, está assim representada:

	30/06/2016	30/06/2015
R\$ % sobre total da carteira	R\$ % sobre total da carteira	R\$ % sobre total da carteira
Pessoa jurídica	23.353 92,72%	43.848 95,03%
Pessoa física	1.833 7,28%	2.292 4,97%
Total	25.186 100,00%	46.140 100,00%

c) Diversificação da carteira por nível de concentração:

	30/06/2016	30/06/2015
R\$ % sobre total da carteira	R\$ % sobre total da carteira	R\$ % sobre total da carteira
Principal devedor	4.304 17,09%	5.153 11,17%
20 maiores devedores	20.945 83,16%	28.429 61,61%

d) Composição da carteira por nível de risco:

	30/06/2016	30/06/2015
Nível de Risco	% da carteira	% da carteira
A	0,5	27,31%
B	1,0	4,45%
C	1,0	4,10%
D	3,0	7,70%
E	10,0	14,90%
F	30,0	3,63%
G	50,0	9,96%
H	70,0	2,78%
Total	25.186	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	9.385	17.790
Constituição de provisão	1.166	1.131
Baixas para prejuízo	(4.634)	(10.922)
Saldo Final	5.917	7.999

f) As rendas por modalidade operada são compostas da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de empréstimos	1.406	1.331
Rendas de títulos descontados	233	530
Rendas de financiamentos	1.072	2.844
Recuperação de créditos baixados	61	61
Total	2.851	4.772

g) Em 30 de junho de 2016, a composição da carteira de operações de crédito estava representada integralmente por operações com juros pré-fixados. h) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 o Banco Vipal não efetuou cessões de crédito, bem como não há operações desta natureza em aberto nesta data. i) Conforme Resolução nº 2.682/09, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as operações resultantes de renegociação no semestre findo em 30 de junho de 2016 mantavam R\$ 12.679 (2015 - R\$ 21.001). **7. Depósitos e recursos de aceites cambiais:**

	A vencer em até 90 dias	A vencer de 91 dias a 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Total
Depósitos	7.036	8.973	16.911	32.920
Total Junho 2015	7.036	8.973	16.911	32.920
Depósito a prazo	2.537	6.705	16.510	25.752
Total Junho 2016	2.537	6.705	16.510	25.752

Os depósitos a prazo e interfinanceiros são remunerados por taxas que variam de 87% a 109% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). **8. Outras obrigações - Diversas:**

	30/06/2016	30/06/2015
Provisões para férias, 13º salário e encargos	358	313
Credores diversos	18	73
Fornecedores	108	85
Contribuições ao FGC	10	29
Total	494	500

9. Passivos contingentes: A Instituição possui passivos contingentes de natureza civil em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir:

	Probabilidade de perda estimado	Valor estimado	Provisão 30/06/2016	Provisão 30/06/2015
Cível Possível	41	-	-	-
Cível Provável	13	-	-	-
Trabalhista Possível	2.174	-	-	-
Total	2.228	13	13	1

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Instituição não possui passivos contingentes de natureza fiscal. **10. Imposto de renda e contribuição social:**

	30/06/2016	30/06/2015
Result. antes do imposto de renda e contrib. social	(2.737)	(1.042)
Provisões não dedutíveis (PCLD)	1.166	1.131
Outras adições	-	5
Compensação de provisões dedutíveis (PCLD)	(1.666)	(2.743)
Outras Exclusões	-	(20)
Compensação Base Negativa	-	-
Base de calculo para impostos	(3.237)	(2.669)
Imposto de Renda (alíquota oficial)	-	-
Contribuição social (alíquota oficial)	-	-
Total de impostos correntes	-	-

b) *Auração dos impostos diferidos:* O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em virtude do não atendimento aos requerimentos da Resolução 3059/2002 para manutenção do crédito tributário, especificamente quanto ao histórico de lucros ou receitas tributáveis previstos no artigo 1º. Inciso I da referida norma, a Administração enviou solicitação ao BACEN em março de 2016, conforme previsto no artigo 5º Parágrafo 3º, apresentando as justificativas para a não baixa de tais créditos, fundamentada essencialmente em processo de mudança de controle acionário, em curso, e a consequente expectativa de geração de lucros tributáveis, conforme previsto em novo plano de negócios. Com base na circular 3.776/2015 no seu artigo 2º, apesar de não haver até o presente momento a manifestação formal do BACEN quanto a referida consulta, a administração optou pela manutenção dos créditos tributários registrados em 30 de junho de 2016.

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial impostos diferidos	9.081	10.144
Adição de provisões não dedutíveis (PCLD)	1.332	452
Realização de crédito tributário (PCLD)	(1.422)	(1.097)
Reversão de crédito Tributário	(140)	(153)
Saldo final impostos diferidos	8.851	9.346
Imposto de renda	3.319	3.505
Contribuição social	5.841	5.841
Total	8.851	9.346

c) *Tributos diferidos - ativo:* O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2016 serão realizados nos seguintes prazos:

1 ano	2.016
2 anos	4.563
3 anos	2.962
4 anos	1.296
5 anos	29
Total	8.851

O valor presente dos créditos tributários sobre as provisões temporariamente indedutíveis, considerando a taxa SELIC em junho de 2016, é de R\$7.747 (2015 - R\$ 7.197). **11. Patrimônio líquido:** a) *Capital social:* Em 30 de junho de 2016, o capital social é de R\$ 47.000 (R\$ 47.000 em 2015) representado por 5.919.842 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) *Reservas de lucros:* A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período limitada até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404. c) *Dividendos:* As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado. d) *Reserva especial de lucros:* Depois de atendida as demais deliberações da Assembleia Geral, o saldo emanescendo, se houver, será levado ao grupo constituído Reserva Especial de Lucros. **12. Despesa de pessoal:**

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas com proventos	(944)	(878)
Despesas com encargos	(293)	(280)
Outros	(76)	(75)
Total	(1.313)	(1.233)

13. Outras despesas administrativas:

	30/06/2016	30/06/2015
Aluguéis	(122)	(113)
Processamento de dados	(413)	(332